

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.772 - MG (2019/0021331-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : JORGE AUGUSTO XAVIER DE ALMEIDA
ADVOGADOS : SÉRGIO LELLIS SANTIAGO JUNIOR - MG040763
DANILO FIRMINO - GO017489
JOSÉ DE ASSIS SANTIAGO NETO - MG102766
RICARDO QUINTINO SANTIAGO - MG046685
PAULO ROBERTO PENNA COUTINHO FILHO - MG099100
DÉBORA DA SILVA FIRMINO - MG151875
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **JORGE AUGUSTO XAVIER DE ALMEIDA** contra decisão que não admitiu recurso especial com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PERMISSÃO DE SAÍDA PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO. PEDIDO PREJUDICADO. REMIÇÃO.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

- Não há como conceder ao condenado permissão de saída do estabelecimento prisional fora das hipóteses de cabimento previstas no art. 120 da Lei de Execução Penal.

- Somente se reconhece a remição se "o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena", tudo nos termos do art.

126 da Lei de Execuções Penais." (e-STJ, fl. 122)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fl. 171).

A defesa alega, em síntese, que "a decisão recorrida, ao reconhecer a atividade laboral do recorrente consistente em escrever integralmente um livro de poesias inédito, e negar-lhe o benefício da remição da pena negou vigência aos artigos 1º e 126 da Lei de Execuções Penais" (e-STJ, fl. 184).

Requer seja declarada a atividade de escrever um livro inédito de poesias como atividade laboral e, em consequência, deferida ao recorrente a remição de 169 dias.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 198-204).

O recurso não foi admitido, em razão da incidência do óbice da Súmula 283/STF (e-STJ, fls. 206-208). Daí este agravo (e-STJ, fls. 211-228).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ, fl. 260-270).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Ao examinar a controvérsia, o Tribunal *a quo* assim se manifestou:

"No que toca a remição da pena da agravante, cumpre citar o disposto no art. 126, *caput*, e § 1º, da LEP:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (...).

Observa-se que o dispositivo legal trata de dias trabalhados e estudados, sendo que o art. 33 da LEP dispõe que "a jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis), nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados".

No caso, ainda que se entendesse que a atividade desempenhada pelo apenado configura trabalho, não se conseguiu aferir quantos seriam os dias e em quais hipóteses e condições ela ocorreu, diante da ausência de supervisão e controle. Logo, inviável seria eventual reconhecimento de dia efetivo trabalhado para fins de remição.

No mais, em relação ao pedido de permissão de saída para lançamento da sua obra na Câmara Municipal de Buritis/MG, verifica-se que está prejudicado, pois teria o evento ocorrido em 8.11.2017, conforme o próprio recorrente aduziu nas razões do agravo.

Diante do exposto, com respaldo nos princípios do livre convencimento motivado e da fundamentação dos atos jurisdicionais." (e-STJ, fls. 123-124)

Inicialmente, cumpre ressaltar que, ao contrário do que alega o recorrente, a Corte de origem não reconheceu a ocupação desenvolvida pelo apenado como sendo uma atividade laboral, tendo em vista a ausência de previsão legal para tanto. Acrescentou, contudo, que, caso pudesse ser reconhecida como tal, ainda assim não haveria como quantificá-la para fins de remição, haja vista a ausência de supervisão e controle sobre a referida atividade.

Desse modo, também não é possível a alteração do julgado nesta via especial, haja vista a inexistência de dados concretos acerca da atividade desempenhada pelo recorrente, necessários tanto para o seu enquadramento no art. 126, §1º, I, da LEP, quanto para a implementação dos cálculos da pretendida remição.

Como se vê, a pretensão recursal envolve, necessariamente, a análise de elementos fáticos e probatórios, relativos à atividade desenvolvida pelo apenado, providência inviável nesta Corte Superior, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

